

Mudança não evitará problema para índios

MANOEL LIMA
Correspondente

Manaus — A recolocar dos garimpeiros expulsos de Roraima em três áreas de florestas nacionais não acabará com os problemas enfrentados pelos índios Yanomami, a menos que esses homens sejam confinados de sorte a que não possam perambular pela floresta à procura das jazidas. Essa é a análise que fazem observadores do governo junto à operação de retirada dos garimpeiros de Roraima, ao avaliarem a necessidade de medidas práticas para impedir que os garimpeiros saiam das florestas nacionais e invadam as terras de reservas indígenas e parques nacionais.

E que as terras das reservas indígenas em Roraima são contíguas às dos parques e florestas nacionais, sem fronteira delimitada, o que facilita que garimpeiros penetrem em áreas proibidas para qualquer tipo de atividade econômica, principalmente a garimpagem. A situação se agrava mais ainda em se tratando de florestas nacionais, onde existem critérios rigorosos para a sua exploração por se tratarem de áreas na sua grande maioria virgens, com matas densas que precisam ser preservadas.

Com a presença dos garimpeiros nas florestas nacionais, toda a sua textura florística estará seriamente ameaçada, já que pa-

ra a formação da infra-estrutura de funcionamento de um garimpo será necessário o desmatamento de grandes áreas para, principalmente, a construção de aeroportos para o pouso e decolagem de aviões para o abastecimento dos garimpeiros. É uma situação crítica, nova, se analisarmos os efeitos práticos da retirada dos garimpeiros das terras dos Yanomami, observa uma fonte ligada à operação de Roraima. Para ela, os técnicos do governo ao sugerirem ao presidente Sarney a recolocação dos garimpeiros nas áreas de Couto Magalhães, Oraricoera e Santa Rosa, incravadas na Floresta Nacional de Roraima, não levaram em conta que os mesmos problemas que a garimpagem criou para os Yanomami serão gerados, agora, nos novos locais de exploração do ouro.

Por outro lado, a vida nômade dos índios não garantirá que eles não venham a ter novos contatos com os garimpeiros nas novas áreas de exploração. E não serão apenas os Yanomami a serem atingidos pelos efeitos maléficos da garimpagem do ouro. Outras nações indígenas, como os Desana e os Tukano, que habitam áreas muito próximas das florestas nacionais, a noroeste do estado do Amazonas, no Alto Rio Negro. São áreas praticamente virgens, embora tenham sido anos atrás exploradas,

CMA desconsidera a questão

Os coordenadores da Operação Canaima, que expulsou os garimpeiros das terras dos Yanomami, criticaram em Manaus a ausência injustificada do Exército no trabalho de remoção dos garimpeiros. Para eles, é manifesta a posição do Exército a favor dos garimpeiros. "Tem oficial superior que se nega a discutir alternativas para a vida dos garimpeiros", observou um dos membros da operação. Na verdade, o Exército não participou dos trabalhos da operação, e apenas a FAB cedeu seus helicópteros para apoiar a ação policial. Em Manaus, o Comando Militar da Amazônia tem evitado tratar do problema, é o seu comandante general Santa Cruz de Abreu, preferiu empreender uma viagem de rotina às unidades do Exército na fronteira. O que parece certo é que o Exército pretendia chamar para si a responsabilidade pela coordenação e execução da retirada dos garimpeiros de Roraima, o que acabou ficando a cargo da Polícia Federal. O Exército realizou idêntica operação, com êxito, no início de 1988, quando

retirou 50 garimpeiros que invadiram o Pico da Neblina. Foi uma operação tranquila, segundo relatório do Comando Militar da Amazônia, mas que deixou resquícios porque, segundo se sabe agora, houve atritos e divergências quanto à estratégia da operação entre oficiais do Exército, agentes federais e funcionários da Funai, envolvidos no trabalho.

"O problema maior nessas ocasiões é que o garimpeiro não confia em quem está executando a operação", observou certa vez um oficial, ao contar que muitos garimpeiros do Pico da Neblina haviam acusado agentes da Polícia Federal de terem tomado à força parte do ouro que tinham retirado das jazidas. Diante disso, os observadores do governo redobram o cuidado ao efetuar a análise referente à relocação dos garimpeiros expulsos de Roraima, para que nada saia errado e impedir que os garimpeiros saiam das florestas nacionais e invadam as terras de reservas indígenas e parques nacionais.

Conflitos já chegam ao MA

JAQUELINE HELUY
Correspondente

São Luís — O conflito entre índios e brancos no Brasil não se limita apenas à reserva dos Yanomami, em Roraima. No Maranhão, a luta travada entre as duas raças vem deixando um rastro de sangue e muitas mortes, principalmente no município de São Pedro dos Cacetes, um desmembramento do município de Grajaú, a 618 quilômetros dessa capital e que, até poucos meses, era apenas a reserva indígena Urucu-Juruá. Na localidade, já ocorreram vários conflitos entre posseiros e índios. A Polícia Federal já esteve envolvida no problema para ver se acalmava os ânimos dos dois lados, mas, segundo o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cláudio Zanon, a questão cabe às autoridades competentes e, principalmente ao Governo Federal. A ameaça aos índios Guajaja-

ras, da reserva Urucu-Juruá não abrandou depois que a Constituição Estadual resolveu criar o município de São Pedro dos Cacetes, que abrange também a reserva. Muito pelo contrário, segundo Zanon, os conflitos tornaram-se mais graves pois os quatro mil índios que habitam a área estão sendo mais hostilizados pelos posseiros que invadem sua área em busca de caça. "O município foi criado para delimitar o que seria área dos brancos e dos índios. Mas isso não aconteceu porque os posseiros continuam invadindo a reserva e ameaçando os índios.

A esperança de que conflito entre brancos e índios em Grajaú acabaria nasceu ainda no ano de 1979, com o então governador João Castelo. Segundo o coordenador do Cimi, nesse período foi celebrado um acordo de indenização dos posseiros com a Funai para que esses deixassem a área.